

ptna câmara

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2019



INFORMATIVO
DA BANCADA
FEDERAL DO
PARTIDO DOS
TRABALHADORES

Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável



- Taxar bens de luxo - iates, lanchas e helicópteros não pagam imposto.
- Taxar as grandes fortunas
- Cobrar imposto sobre grandes heranças
- Imposto de Renda - criação de novas faixas para quem ganha mais
- Imposto sobre o patrimônio e não sobre o consumo

Documento elaborado em conjunto pelas bancadas do PT, PCdoB, PDT, PSB, PSOL e Rede

Reforma Tributária, mas com justiça e solidariedade!

A necessidade de simplificar o sistema tributário converteu-se um imperativo para o Brasil diante do cenário de profunda crise econômica e fiscal que enfrentamos no momento. Da esquerda à direita, da agricultura à indústria, passando pelo setor de serviços e pelas novas configurações da economia e do mundo do trabalho, o objetivo de tornar mais simples, eficaz e transparente o nosso sistema de cobrança de impostos e tributos é um consenso nacional.

No entanto, a janela de oportunidade que se abre para a concretização deste objetivo precisa ser aproveitada para uma mudança estrutural qualitativa. Não basta simplificar o sistema tributário. É fundamental torná-lo justo, solidário e, ademais, ambientalmente sustentável. Em uma frase: quem ganha mais e possui mais, deve pagar mais; e quem ganha menos e possui menos, deve pagar menos. Atualmente, é exatamente no sentido oposto que os impostos são co-

brados no Brasil.

Fruto de uma construção coletiva pluripartidária, o documento apresentado de forma sintética nesta publicação traz uma série de propostas para viabilizar a efetivação de um sistema tributário baseado na equidade e

nos valores consagrados pela Constituição Federal, sobretudo no que concerne à promoção de políticas que garantam a redução das desigualdades regionais e sociais, como preconiza de forma cristalina e inequívoca o artigo 170 da Carta Magna.

Isto posto, o desafio que se coloca ao Parlamento brasileiro não pode ser reduzido à – necessária e urgente – tarefa de redesenhar a estrutura tributária do País. O Congresso Nacional precisa ir além e tal premissa orienta a bancada oposicionista, que ora apresenta este conjunto de propostas para o debate com os demais parlamentares e com a sociedade brasileira.

O nosso horizonte enquanto legisladores é o de promover uma reforma que estabeleça, efetivamente, um sistema tributário baseado na solidariedade e na sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Paulo Pimenta (PT-RS) é deputado federal e líder do partido na Câmara

Foto: Gabriel Paiva



“Quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos”

Sistema Tributário Brasileiro

Composição da carga tributária por base de incidência em % - OCDE e Brasil 2015

Base de Tributação	Brasil	OCDE
Renda	18,3%	34,1%
Patrimônio	4,4%	5,5%
Consumo	49,7%	32,4%
Outros	27,6%	28,0%
Total da carga tributária em relação ao PIB	32,6%	34,0%

ptnacâmara



INFORMATIVO DA BANCADA FEDERAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder da Bancada: Deputado Paulo Pimenta (RS)

Vice-Líderes: Deputados Airton Faleiro (PA); Alexandre Padilha (SP); Enio Verri (PR); Erika Kokay (DF); Helder Salomão (ES); Marcon (RS); Maria do Rosário (RS); Marília Arraes (PE); Nilto Tatto (SP); Pedro Uczai (SC); Reginaldo Lopes (MG); Rogério Correia (MG); Rui Falcão (SP) e Zê Neto (BA).

Jornalista responsável: Rogério Tomaz Jr.

Fotos: www.flickr.com/photos/ptnacamara

E-mail: pautaptnacamara@gmail.com

Reforma Tributária, urgente e necessária

A Bancada do PT na Câmara e outros partidos da oposição (PCdoB, PDT, PSB, PSOL e Rede) elaboraram um substitutivo global à Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 45/2019) da Reforma Tributária. A proposta da oposição resgata bandeiras históricas da esquerda – como a taxaçaõ das grandes fortunas, dos lucros e dividendos e a preservação da renda da classe média e dos trabalhadores em geral.

Não se trata só da simplificação tributária, mas essencialmente da inclusão de outros aspectos, como a desoneração dos mais pobres, o trabalhador e a trabalhadora, e garantia do equilíbrio das contas públicas por meio da taxaçaõ das grandes corporações e de quem pode pagar mais.

Hoje, difundiu-se de maneira manipulada que o Brasil é o país dos impostos. Mas a realidade é que os ricos pagam pouco imposto e os trabalhadores e a classe média, muito. O melhor exemplo é o do carro popular ou uma moto, bens taxados pesadamente, enquanto os jatinhos e iates dos milionários, proporcionalmente, têm impostos irrisórios.

Entendemos que chegou a hora de termos um sistema tributário moderno, desburocratizado e justo. Desde a promulgação da Constituição de 1988, nenhuma mudança substantiva foi efetuada. O momento é pro-

pício, e a nossa proposta embasa-se em trabalhos técnicos feitos por amplos segmentos - de auditores fiscais a secretários estaduais de Fazenda, governadores e prefeitos.

O desafio é superar a realidade da legislação tributária nacional, marcada pela regressividade e concentração de receitas no governo central. O que se arrecada nacionalmente, dos municípios e estados, vai para o

Foto: Gabriel Paiva



“Desonerar a cesta básica é essencial e é preciso diminuir os impostos sobre o consumo”

governo federal, acontecendo a mesma injustiça quando o fluxo vai dos estados e municípios mais pobres para os mais ricos.

Estruturalmente, o sis-

tema tributário nacional é reverso. Hoje, 10% da população controla 50% da renda nacional, numa concentração de renda crescente. É justamente este o setor mais privilegiado. Exemplo: Lei de 1995 isenta do pagamento de imposto de renda os lucros e dividendos bilionários recebidos por sócios ou acionistas de empresas. A justiça tributária que buscamos existe em países europeus como França, Espanha e Portugal.

Defendemos o princípio da progressividade dos tributos, com as alíquotas incidindo de forma crescente conforme aumenta a base de cálculo. Desonerar a cesta básica é essencial. É preciso diminuir os impostos sobre o consumo, como ocorre em boa parte dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Se não há espaço para alargar a carga tributária, o caminho é alterar a composição atual, aproximando-a da média da OCDE.

A reestruturação que propomos - articulada em tornos de sete eixos - visa garantir mais recursos para melhorar os serviços públicos, em especial nas áreas de educação, saúde e segurança, e implementar ações de desenvolvimento econômico e social. Garante segurança jurídica, com transição firme e segura, e promove uma economia sustentável ambiental e economicamente.

Deputado **Afonso Florence (PT-BA)** é vice-líder da Minoria na Câmara e Deputado **Enio Verri (PT-PR)** é vice-líder da Bancada do Partido na Câmara

1 - Tributação Justa e Solidária

A desigualdade de renda limita a eficiência econômica reduzindo os investimentos e travando o crescimento econômico. O Brasil apresenta uma elevada concentração de renda no 1% mais rico, e o sistema tributário atual contribui para este processo. Enquanto a média de tributos

sobre patrimônio e renda dos países da OCDE é de 39,6% no Brasil é de 22,7%. Por outro lado, os impostos sobre o consumo respondem por 32,4% na OCDE e 49,7% no Brasil, ou seja, aqui os mais pobres pagam mais impostos, o que tem um efeito regressivo na distribuição da renda.

Assim, a proposta que apresentamos prevê a elevação da tributação sobre a renda e patrimônio com redução equivalente na tributação sobre o consumo, de modo a respeitar o preceito constitucional de tributação conforme a capacidade econômica.

Propostas para garantir a tributação justa e solidária:

I) Cobrança de imposto de renda na distribuição de lucros e dividendos à pessoa física e vedação da dedução de despesas com juros sobre capital próprio na apuração do lucro;

II) Instituição do imposto sobre grandes fortunas;

III) Ampliação da base de incidência do IPVA para aeronaves e embarcações;

IV) Instituição de imposto sobre grandes heranças nos moldes do modelo Americano;

V) Alterações no Imposto Territorial Rural ga-

rantindo progressividade em relação ao tamanho e regressividade em relação ao nível de utilização;

VI) Incluir como princípio constitucional a não regressividade da tributação;

VII) Desoneração enquanto necessário da cesta básica, medicamentos de uso essencial, saneamento, transporte público urbano e educação, até que tenhamos as condições objetivas para a devolução do imposto para famílias de baixa renda.

2 - Sustentabilidade ambiental

As mudanças climáticas estão visíveis por toda parte e ameaçam a existência humana. Por isso, cresce na sociedade o apelo por práticas que sejam ambientalmente sustentáveis, e o novo sistema tributário deverá dialogar diretamente com esta demanda. É importante, portanto, tanto tributar setores e processos que sejam intensivos em insumos não renováveis, poluidores e degradadores do meio ambiente e quanto incentivar e fortalecer práticas e processos que promovam a preservação e recuperação dos ecossistemas.

Propostas:

I) Transformação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis, em uma contribuição de natureza ambiental ampliando a base de tributação para grandes poluidores, setores intensivos em recursos não renováveis, grandes minerações;

II) Incentivos para práticas

agrícolas sustentáveis, produção de bioinsumos, produção, comercialização e processamento de alimentos orgânicos e agroecológicos;

III) Desoneração do saneamento;

IV) Observância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas na

aplicação de recursos no âmbito dos fundos constitucionais;

V) Manutenção da Zona Franca de Manaus;

Com relação à Zona Franca de Manaus, é importante frisar que a existência deste polo industrial tem permitido o crescimento econômico do Estado com a preservação da floresta, devendo ser mantido.



3 - Proteção à saúde humana

A população brasileira precisa de melhores serviços de saúde pública, devendo esta política ter o devido tratamento na Reforma Tributária. A nossa proposta incentiva a redução do consumo de produtos nocivos à saúde e amplia os recursos para a saúde pública.

Propomos três medidas:

- I) A instituição de um tributo específico de competência federal que visa o desestímulo ao consumo de produtos nocivos à saúde como cigarros, tabaco, bebidas alcoólicas e outros definidos em lei ordinária federal;
- II) Destinação de recursos deste tributo para a saúde não sendo computados no cálculo dos recursos mínimos a serem direcionados à saúde;
- III) Descongelamento do piso da saúde.

4 - Financiamento da educação

A universalização do acesso à educação em todos os níveis e a melhora dos indicadores dependem de maiores investimentos na educação como um todo. Tal demanda da sociedade brasileira demonstra clara rejeição à uma política de cortes e limitação no acesso ao ensino. Neste sentido, estamos garantindo na Reforma Tributária as vinculações constitucionais de receitas para a educação, a constitucionalização do fundo social do pré-sal e destinação de parcela dos royalties de exploração do pré-sal para a educação e, por fim, determinado prazo para a instituição do novo Fundeb de caráter permanente.

Nossas propostas:

- I) Garantir as vinculações constitucionais;
- II) Repasse de recursos provenientes da receita de arrecadação do pré-sal;
- III) Garantia de 50% dos recursos dos royalties distribuídos a estados e municípios para a Educação;
- IV) Descongelamento do piso da educação;
- V) Prazo para instituir novo Fundeb permanente.

Foto: Divulgação



5 - Preservação da Seguridade Social

Como amplamente defendido na discussão da Reforma da Previdência, a questão central na conjuntura econômica atual não é a redução de gastos e a restrição de direitos constitucionais, mas a mudança da estrutura do sistema tributário, sem aumento da carga, viabilizando a manutenção dos direitos, centrais para a redução da desigualdade e amparo nos momentos mais delicados da vida. A nossa proposta de Reforma Tributária justa e solidária prevê a garantia das vinculações das contribuições para o financiamento da seguridade e a garantia de ganhos reais no salário mínimo.

As medidas para a viabilização desta proposta são:

- I) Garantia das vinculações das contribuições para o financiamento da seguridade;
- II) Constitucionalização do princípio de reajuste do salário mínimo acima da inflação até que atinja os preceitos constitucionais de sua finalidade;
- III) Prevê a possibilidade de redução dos encargos sobre a folha.



6 - Reestabelecimento do Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional

Os estados estão em grave crise fiscal em grande medida decorrente da perda de sua capacidade arrecadatória e das distorções do nosso sistema tributário. Ao invés de uma estrutura tributária centralizada, autoritária e burocrática estamos propondo um modelo efetivamente republicano que permite aos entes federados governança, acaba com a guerra fiscal, promove o desenvolvimento regional reduzindo assimetrias inter e intrarregionais e acaba com a isenção de tributos sobre a exportação de produtos primários.

Para isto propomos seis medidas:

I) Garantia de autonomia dos estados e municípios para definição do Imposto Sobre Valor Agregado de competência estadual;

II) Garantia de autonomia da União para definição da Contribuição Social sobre Agregado de competência federal;

III) Tributação no destino para acabar com a guerra fiscal;

IV) Instituição de Fundo Nacional de Desenvolvimento com prioridades para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com claro foco de redução de assimetrias entre as regiões e dentro das regiões;

V) Instituição de Fundo de Equalização para compensar entes que perderão receitas;

VI) Devolver aos estados o poder de decisão sobre a tributação dos produtos primários e semielaborados exportados através do imposto de exportações.



7 - Simplificação e eficiência tributária

A tributação diferenciada para cada produto e, em alguma medida, para cada empresa leva a um ambiente complexo que demanda das empresas gastos administrativos elevados, abre espaço para judicializações e amplasonegação. Além disso, a

guerra fiscal entre os entes tem criado ambiente de insegurança jurídica para as empresas e gerado grave crise fiscal.

As medidas aqui propostas simplificam os impostos sobre consumo, reduzem a litigância, absorvem

as mudanças nos produtos e serviços derivados das novas tecnologias, aumentam a transparência na arrecadação dos tributos, mantém a carga tributária nos patamares atuais e desestimulam a transferência da poupança nacional para paraísos fiscais.

Tais propostas se viabilizam através das seguintes medidas:

I) Unificação do ICMS e ISS em um Imposto de Valor Agregado, com alíquota única, arrecadação no destino com legislação nacional;

II) Unificação do PIS, Pasep e Cofins numa

contribuição social de valor agregado;

III) Tributa a transferência de recursos ao exterior, com alíquota dobrada no caso de remessa para paraísos fiscais.

Construindo o futuro

Foto: Divulgação

A presente proposta de Reforma Justa e Solidária - articulada em sete eixos - concretiza a iniciativa pluripartidária com o objetivo de promover mudanças profundas no sistema tributário



brasileiro, ao tempo em que garante segurança jurídica, promovendo uma transição firme e segura.

Este novo desenho constitucional do sistema tributário brasileiro promoverá uma economia sustentável tanto no sentido do cres-

cimento econômico com distribuição de renda, como no sentido do desenvolvimento ambientalmente sustentável, fundamental para enfrentar as mudanças climáticas. Promoverá a proteção da vida humana, dia-

logará com a economia digital, com a flexibilidade necessária para incorporar as novas conquistas da sociedade. Trata-se de uma proposição que reforça o equilíbrio entre os entes federados de forma republicana e democrática.

Conheça os impostos e tributos propostos:

Imposto sobre consumo

Imposto sobre o Valor Agregado (ICMS + ISS)

- ✓ Será uniforme em todo o território nacional (lei complementar geral federal)
- ✓ Competência estadual com repartição de receita para os municípios;
- ✓ Não cumulativo - crédito na cadeia de produção;
- ✓ Tributação no destino;
- ✓ Incidirá nas importações;
- ✓ Não incidirá nas exportações de produtos industrializados e semielaborados.

Obs: lei complementar poderá isentar os seguintes produtos/serviços: (I) alimentos da cesta básica; (II) medicamentos essenciais; (III) transporte público urbano coletivo rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros; (IV) saneamento básico; (V) educação infantil, ensino fundamental, médio, superior e educação profissional.



Contribuição Social sobre o Valor Agregado (PIS/Pasep/Confins)

- ✓ Competência da União;
- ✓ Mesma base de cálculo do IVA (Imposto sobre o valor agregado);
- ✓ Receita para a seguridade social.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Saúde

CIDE - Saúde – criada por lei complementar, incidirá sobre atividades de importação ou comercialização de sucedâneos manufaturados do tabaco, bebidas alcoólicas e outras definidas em lei.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Ambiental

CIDE - Ambiental

- ✓ Competência da União;
- ✓ Incidirá sobre as atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, álcool combustível, atividades mineradoras de alto impacto e atividades fortemente poluidoras ou ambientalmente degradantes;
- ✓ Destinação: 35% para estados e DF e 35% para os municípios.

Imposto sobre o Patrimônio/Renda

Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)

Será progressivo em relação à área total do imóvel e regressivo quanto ao grau de utilização, e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades que não cumpram a função social.



Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA)

- ✓ Ampliação da base de incidência para veículos automotores aquáticos e aéreos;
- ✓ Competência estadual;
- ✓ Destinação 100% da arrecadação do IPVA licenciados no município.

Imposto sobre transmissão sobre Causa Mortis e Doação (ITCMD)

- ✓ Continua de competência estadual;
- ✓ Alíquota mínima fixada pelo Senado Federal.

Imposto sobre o Patrimônio

Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)

✓ Regras transitórias até que a Lei complementar disponha sobre a matéria:

- Alíquota 0,5%
- Base de cálculo: valor conhecido do patrimônio líquido das pessoas físicas, que ultrapassar o limite de 8.000 (oito mil) vezes o limite mensal de isenção para pessoa física do imposto de renda.

OBS: A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento cinquenta por cento da arrecadação do IGF.



Imposto sobre Grandes Heranças (IGH) – NOVO

- ✓ Lei complementar instituirá o imposto, devendo observar:
 - Alíquota máxima de quarenta por cento;
 - Incidirá sobre o valor do patrimônio transmitido que exceder a oito mil vezes o valor da faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física;
 - Permitirá a dedução da base de cálculo as doações a título gratuito para instituições de educação, saúde, ciência e tecnologia sem fins lucrativos.

Imposto sobre a Renda

Imposto de Renda

✓ Ampliação da base de incidência, atingindo os valores recebidos a título de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas salvo em relação às na hipótese de pessoas jurídicas consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, na forma da lei.

✓ Até a alteração da regulamentação do IR, este imposto incidirá:

- Sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas para pessoas físicas e não admitirá a dedução de despesas financeiras a título de juros sobre capital próprio;

- Na apuração da base de cálculo deverá ser adicionado ao lucro líquido o valor de pró-labore pago a sócio, acionista ou administrador da pessoa jurídica, que exceder a 20 vezes o menor salário pago aos empregados.

- As remessas de lucros ao exterior estão sujeitas à retenção exclusiva na fonte do imposto de renda à alíquota de 20% (vinte por cento), com incidência em dobro no caso de país que não tribute a renda ou tenha tributação favorecida.

- 180 dias para enviar projeto com a nova tabela progressiva do IRPF.

